

ROBSON SÁVIO: Da Companhia da Estrada de Ferro Leopoldina. Foi preso em 65 sobre a acusação de participar da resistência, o regime junto ao sindicato dos ferroviários. O senhor pode tomar assento, Senhor Edson, por favor, em uma das cadeiras. O Francisco Carlos Lippi Pinheiro, muito obrigado. Ele é filho do Vereador Francisco Afonso Pinheiro que foi cassado em 64, por recomendação do General Olímpio Mourão Filho. Também nós temos aqui o casal José Luiz e Nair Guedes, estão aqui presentes. Presos, torturados e também precisou de viver na clandestinidade, fugiu do país, não é? O professor aposentado, dramaturgo e diretor teatral, José Luiz Ribeiro. Que vivenciou a censura à imprensa e às produções culturais. O Ricardo Fontes Cintra, que foi preso em Ibiúna, quando participava do congresso da União Nacional dos Estudantes, a UNE, e passou por prisões em Belo Horizonte, Juiz de Fora e São Paulo tendo sido torturado, não é? E por fim, Vanderli Pereira Pinheiro, por favor. O Vanderli Pereira Pinheiro, ele foi liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tombos, perseguido e ameaçado durante o regime militar. Eu gostaria de inicialmente pedir a dois membros da comissão que estiveram presos em Linhares, a Emely Vieira Salazar e o Carlos Melgaço, para que rapidamente desse o seu testemunho para os que estão aqui presentes. Emely por gentileza.

EMELY VIEIRA: Bom dia a todos e a todas. Muito bem, eu vou dar um pequeno depoimento, que estas coisas de presos tudo mundo já ouviu e já sabe, não é? Eu estive em Juiz de Fora durante dois anos na Penitenciária de Linhares. Eu fui presa em Belo Horizonte em 1970 e de lá eu fui transferida para cá. Então, eu fico olhando aqui a plateia e estou vendo aqui esta juventude, a maioria não tinha nem nascido, não é? E eu já estava aqui em Juiz de Fora. Mas é muito bom para a memória, não é? O que eu faço questão de estar aqui presente contribuindo com a memória e o resgate da nossa história e valeu a pena tudo que eu passei só por ver esta juventude aqui interessada na história. Valeu a pena. Linhares foi, costuma falar assim, a Penitenciária de Linhares foi boa, não é? Melhor do que as outras. E eu digo, cadeia nenhuma presta, por melhor que seja. Cadeia não presta, porque é tortura estar privado da liberdade. Então, Linhares era uma cadeia também. E ontem eu voltei lá para rever, depois de 40 anos eu entrei ali, assim gente, eu fiquei dois anos confinada aqui dentro. Vi as celas, o pátio, as janelinhas onde comunicava com os companheiros na outra ala. Eu me senti bem de estar ali, de ver que eu sou uma sobrevivente da ditadura. Tenho a memória e posso reconhecer os lugares. Me perguntaram: o quê que você sentiu? Não, eu senti bem. E fui também, como é que chama o 2º Batalhão, não é?

ROBSON SÁVIO: Isso.

EMELY VIEIRA: Fui ao 2º Batalhão e reconheci a sala onde eu entrei, tiraram a algema, não é? Eu estava algemada, tiraram a algema. Isso aí vai acontecer alguma coisa. Aí eu entrei. Era um depoimento que tinha que assinar, falando que eu negava, que era um absurdo a ditadura, era contra os estudantes, o sequestro dos civis. Que eu era contra tudo aquilo. Aí eu olhei e disse: não, não vou assinar isso, não. “Como que a senhora não vai assinar? A senhora não disse que não quer sair do Brasil?” Sim, disse e continuo dizendo, queria e não quero. Não querer é uma coisa, não sair é outra. Aí me botaram a algema outra vez e me levaram para cela. Tá, então eu vi. Fui também na Praça do Canhão e reconheci a auditoria onde foi o meu julgamento. Reconheci tudo, assim, está tudo aqui ainda, eu também estou. Tá? Mas então, é só falar e que com isso eu restaurei também a imagem de Juiz de Fora. Hoje Juiz de Fora não é mais aquele lugar do presídio, de minha memória era só Linhares não é? Hoje eu tenho uma boa memória de Juiz de Fora, graças a você, viu? Muito obrigada.

ROBSON SÁVIO: Quero convidar o Carlos Melgaço, então, para seu depoimento.

CARLOS MELGAÇO: Bom dia. É uma satisfação muito grande retornar a Juiz de Fora depois de tanto tempo e encontrar aqui uma plateia, que é uma plateia de jovens e queria destacar, de mulheres. Acho que este é um dado novo para a gente. De uma certa maneira é o reencontro com a gente mesmo. Porque nós também começamos, eu comecei a militância com 17 anos. E fui excluído da Faculdade de Medicina faltando um ano para me formar. Não consegui mais estudar aqui, depois fui preso, torturado. Tive de sair com a minha companheira para o exílio e esta experiência de chegar a Linhares, de ver onde nós estávamos há 40 anos atrás, é uma experiência assim, que vivencia, emocional. Agora, é uma experiência positiva porque a gente passou a ver quais eram as celas que a gente estava. Se lembrar de como a gente se comunicava de uma ala feminina com a ala masculina. Pegava uma bola de vôlei, chutava, mandava para o outro pátio e com mensagens escritas na bola. Então, você relembra muita coisa. As greves de fome que a gente realizou aqui em Linhares. Quer dizer que a ideia era aquela ideia de juventude. A gente estava presa, mas nossa cabeça não está presa. Nós estávamos tendo esperança de sair e continuar a luta. Então, quando a gente vem aqui, a gente está reencontrando com nossa história e isso é positivo. Gera também emoção e sofrimento quando a gente chega e começa identificar, mas ao mesmo tempo a necessidade de falar é muito grande. E falar não é para contar a nossa história de um ou de outro não. A Comissão da Verdade quer buscar a memória coletiva, a memória de todos porque não foi os poucos que

participaram da luta, que sofreram, que foram torturados, foram assassinados, desapareceram. É muito mais, porque naquela época tinha muita gente que aceitava a democracia e que lutaram e que deram todo apoio. É bom lembrar o seguinte, que este sentimento contra a opressão, o sentimento de luta por democracia era muito forte. A gente queria acabar com regime ditatorial e muita gente adotou formas das mais variadas para fazer isso. Algumas pessoas simplesmente acolhendo, queria lembrar aqui que Gilse Cossenza Avelar recentemente falecida, esteve presa aqui em Linhares, a filha foi cuidada por uma irmã que era casada com Henfil. Então, este tipo de coisa assim o pessoal apoiava e em situações que corriam riscos. Então eu acho que a gente deve lembrar sim que o que nós estamos querendo hoje é reencontrar com a história e estabelecer os fatos e muitos destes fatos não vão ser esclarecidos até que as Forças Armadas revelem o que aconteceu com estas pessoas. Estão desaparecidas. As famílias até hoje estão procurando o que acontece. Então, quando a gente vem aqui e tem a oportunidade de realizar esta audiência pública com apoio da Câmara de Vereadores, as Entidades de Direitos humanos e tudo. Isso aí reforça o seguinte: o que nós vamos continuar fazendo? Que políticas públicas a gente vai realizar para que não aconteça? Mas quando a gente fala assim, a gente não pode só ficar pensando nos presos políticos, não. Dentro das cadeias, dentro dos locais de privação de liberdade. Hoje continua existindo tortura. Continua uma situação que nós temos responsabilidade, fala assim: não, mas é preso político. Não, e antes, onde começou a tortura mais forte? Delegacia de furtos e roubos de Belo Horizonte, na Lagoinha. Por quê? Porque ali tinha os instrumentos de tortura, tinha uma prática. Depois os americanos aprenderam com os franceses e ensinaram para os latino-americanos, inclusive aqui teve Dan Mitrione que esteve aqui em Minas, como torturar. Então, o que a gente está querendo é resgatar os fatos que aconteceram para que isso constitua a memória coletiva do povo brasileiro. Eu queria lembrar também o seguinte. Nós que vivemos naquela época, que participaram de vários movimentos, alguns estão aqui, mas como eu falei Gilse já faleceu. Recentemente também perdemos José Adão, que era um livreiro conhecido. Quer dizer que muitos outros, quer dizer, poderia citar nomes aqui, que já se foram. Então, se vai, mas o que vai sobrar? É o que a gente conseguir trabalhar com a verdade, registrar isso e dar, conhecer para que a gente realmente consiga garantir que a democracia exista e a gente respeite a diferença. Aí, por exemplo, se você pegarem, violência contra o negro na periferia, assassinatos. Violência contra a mulher, contra o LGBT, quer dizer que são coisas atuais. Então, nós precisamos falar assim, o diferente é a parte da democracia. Então, a gente quando luta contra a reforma dos direitos, acabar com a CLT e tudo, nós estamos procurando justamente fazer que os direitos tem que ser prevalecidos. Nós

temos de continuar esta luta e por isso é que importante a gente chegar e ver aqui juventude e principalmente juventude. Isso aí é esperança. Nós estamos nos reencontrando com nós mesmos e ao mesmo tempo vendo o quê que esta juventude vai poder dar continuidade. Era isso que eu tinha a dizer e agradecer a presença de todos. E saber o seguinte, até hoje nós continuamos então na luta pela democracia, por liberdade, contra qualquer forma de opressão, por justiça social. Muito obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado Carlos Melgaço. Eu gostaria de registrar então aqui a presença do Vereador Charles Evangelista. Do Vereador Vagner de Oliveira, muito obrigado pela presença. E também registrar e agradecer a presença dos alunos do Colégio Cave, sob a coordenação dos professores Laurenci, Marcos, Ana Beatriz, Felipe e Lenilton, muito obrigado pela presença. Nós vamos fazer daqui a pouco, antes do Coffee Break, uma homenagem a algumas pessoas que estão aqui presentes mas para que a gente possa avançar um pouco nossa audiência, nós vamos começar a fase daqui a pouco dos depoimentos e antes do café, nós fazemos as homenagens. Aqueles que foram convidados para essa homenagem, eu peço a gentileza para aguardar mais um pouquinho. Eu quero agora tecer algumas breves considerações. No mundo inteiro as Comissões da Verdade são importantes instrumentos de apuração de abusos e violação dos direitos humanos. Entre outros, estas comissões, tem por objetivo ouvir as vítimas dos períodos de exceção e também apurar o padrão utilizado pelos perpetradores de violações de direitos humanos, tanto através dos depoimentos destes agentes como pela revelação de arquivos e documentos até então desconhecidos e inacessíveis. Nos quatro continentes, cerca de 40 Comissões da Verdade foram importantes instrumentos para as vítimas dos regimes autoritários contarem a sua própria história, sua verdade em contraponto com a verdade oficial. Uma verdade oficial imposta na época de arbítrio e muitas vezes mantida e inalterada nas democracias que se sucedem a tais regimes. No Brasil isso é evidente. Ao final das apurações das Comissões da Verdade, a sociedade poderá conhecer os detalhes do regime que violou e oprimiu cidadãos. Por seu turno, a comissão apresentará recomendações para aprimorar as instituições do estado, principalmente aquelas instituições ligadas à garantia de direitos e à segurança para que violações de direitos não voltem a ser repetidas. É importante destacar os objetivos principais de uma Comissão da Verdade. Descobrir, esclarecer e reconhecer abusos do passado. Apontar e ajudar a combater a impunidade no presente. Restaurar a dignidade e facilitar o direito das vítimas, à memória e à verdade. Acentuar a responsabilidade do Estado e recomendar reformas do aparato institucional. Contribuir para a justiça e a reparação e reduzir

conflitos na medida que também promove a reconciliação e a paz. Ademais ao estudar as violações do passado, as Comissões da Verdade ajudam a sociedade a não aceitar eventuais rupturas democráticas no presente. Neste sentido, seria hipocrisia de minha parte se não registrasse neste momento a situação política atual que vivemos no Brasil. Diferentemente do golpe civil militar de 1964, atualmente vivemos uma ruptura democrática com a ascensão ao poder de um governo sem voto depois da deposição de uma presidenta democraticamente eleita. As mesmas forças conservadoras do passado, no sistema de justiça, na mídia, no empresariado e em setores da classe média respaldaram a atual ruptura que merece todo o nosso repúdio. Ao contrário do que alguns possam pensar, a formação da Comissão da Verdade é fundamental, pois a semente do autoritarismo viceja, não somente na nossa realidade sociopolítica, mas também como vemos através de comentários e manifestos nas redes sociais, promovidos por grupos ligados a defensores da ditadura. A melhor maneira de combater-los é mostrando a verdade a toda a sociedade. Senhoras e senhores, segundo a legislação que criou a Comissão da Verdade em Minas Gerais, combate à COVEMG, esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações aos direitos fundamentais, identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionadas direta ou indiretamente à prática de violação aos direitos fundamentais, inclusive as suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos do Estado e na sociedade civil. Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais, promover com base nos informes obtidos e averiguações efetivadas, a reconstrução da história nos casos cabíveis em suas atribuições, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e a seus familiares. O artigo 5º da Lei 20.765 de 2013, que instituiu a Comissão da Verdade em Minas Gerais, determina que para execução de seus objetivos a COVEMG poderá, entre outras atribuições, solicitar quaisquer informações e documentos diretamente dos órgãos e entidades públicos. Promover audiências públicas, determinar a realização de perícias e diligências e pedir auxílio de entidades para tomar o depoimento de pessoas que guardem relação com os fatos e circunstâncias examinados por esta comissão. Para a consecução dos seus trabalhos, a COVEMG está dividida em várias comissões e grupos de trabalho, envolvendo uma equipe de mais de 60 pesquisadores e voluntários. Nossas frentes de trabalho são as seguintes: a Subcomissão 01 que acompanha, que pesquisa os acontecimentos que envolveram mortes e desaparecimentos de opositores a ditadura, sob a responsabilidade do nosso colega Carlos Melgaço Valadares. A Subcomissão 02, acontecimentos que envolveram tortura de opositores da ditadura sob a responsabilidade da Emely Vieira Salazar. A Subcomissão 03, acontecimentos que atingiram trabalhadores rurais,

trabalhadores urbanos e sindicais. O Grupo A responsável pelos trabalhadores rurais está sob minha coordenação e o Grupo B, dos trabalhadores urbanos e sindicalistas, sob a coordenação do companheiro Jurandir Persechini Cunha. A Subcomissão 04 que trata da perseguição a membros de igrejas e congregações religiosas, a membros de etnias indígenas e atentados terroristas praticados pela extrema direita está dividida em três subgrupos: o Grupo A, atentados terroristas praticados pela direita e o Grupo B, perseguição a membros de igrejas e congregações, está sob a responsabilidade da companheira Maria Celina Pinto Albano. E o Grupo C, responsável pela perseguição a membros de etnias indígenas, sob a responsabilidade do companheiro Paulo Afonso Moreira. A Subcomissão 05 investiga locais de resistência a ditadura e locais que, onde ocorrem torturas de opositores. Este trabalho é coordenado pela professora Maria Celina Albano aqui presente. A Subcomissão 06 ela trata de outras violações de direitos humanos. Ela está sob a responsabilidade da professora Maria Ceres Pimenta Spínola Castro, que infelizmente não pôde vir na nossa audiência hoje. Ela coordena 04 subgrupos. O Grupo A sobre censura aos meios de comunicação e espetáculos artísticos culturais. O Grupo B que trata da cassação de representantes políticos e da demissão e exoneração de profissionais por motivos políticos. O Grupo C sobre a repressão a estudantes, professores e servidores de instituições de ensino e o Grupo D, que trata de impedimento de convivência de crianças e adolescentes com seus genitores em razão da prisão de seus pais ou mães, mortes ou desaparecimento. Esta audiência é o nosso 4º Encontro neste ano junto à sociedade mineira. Já realizamos uma audiência pública com um grupo de jornalistas mineiros para tratar da censura aos meios de comunicação de massa no período da ditadura. Tivemos uma 2ª audiência com o movimento estudantil. E há duas semanas, uma audiência pública em Montes Claros, na Região Norte, para tratar de violações a camponeses no norte do estado e agora estamos aqui, em Juiz de Fora, nesta cidade que teve a sua história marcada pelos tempos de exceção. Quero de antemão em nome da COVEMG, agradecer muito a presença e a contribuição de todos vocês e daqui a pouco eu passo a palavra para os nossos depoentes. Neste momento agora então, nós vamos fazer uma pequena homenagem a alguns dos presentes aqui não é? Aproveitando da ocasião de realizarmos esta audiência, uma semana antes do Dia Internacional de Luta Contra Tortura, que será celebrado no dia 26 de junho, fazemos menção especial a algumas pessoas da região que se destacaram na resistência contra ditadura ou que foram presas, torturadas e perseguidas e compartilharam suas memórias como forma de lutar para que as violações que sofreram não se repitam com outros cidadãos. Deste modo, a COVEMG reconhece a trajetória de Clodismit Riani e José Vilani Cortes. Que aqui estão representados pelos filhos Orlandsmidt Riani

e Vitor Vilani. E por meio deles, nós queremos agradecer a todos os sindicalistas ameaçados, perseguidos e violentados pelo regime autoritário. Os filhos estão aqui? Por gentileza, os que tiverem, por favor.

ROBSON SÁVIO: Homenageamos também Marita Pimentel França, a esposa de Misael Cardoso Teixeira, ela se encontra? Por favor. O Misael Cardoso Teixeira foi preso enquanto diretor regional dos Correios na frente da mulher e dos filhos, que ficaram por dias reclusos e vigiados em casa, sem acesso a luz, sem possibilidade de comprar alimentos. Agradecemos também a presença de Moisés Alex Alves, filho do preso político Geraldo Evaristo Alves, se encontra? Também privado do convívio da família da qual era o provedor. Com estas duas menções, valorizamos a trajetória de todos aqueles que foram afastados de seus familiares e reconhecemos o sofrimento das vítimas deste tipo de violação.

ROBSON SÁVIO: Distinguimos ainda a trajetória de Rodolfo de Carvalho Troiano. Aqui representado por seu irmão Cléber Troiano. Está presente? Não está? Mesmo assim, eu vou registrar, o Rodolfo integrou União Juizforana de Estudantes Secundaristas, a UJES, a organização política corrente e também o PC do B. Em 68, foi indiciado e preso com base em inquérito policial militar instaurado para apurar atividades tidas como subversivas em Juiz de Fora. Voltou a ser preso e torturado em outras ocasiões, até que foi para região do Araguaia, onde provavelmente foi morto. Está presente? Vamos dar uma salva de palmas mesmo assim. Por fim, referenciamos os profissionais que atuaram defendendo presos políticos ou denunciando violações e imprecisões as informações oficiais. Gostaríamos de lamentar a perda de um dos grandes advogados do período, Modesto da Silveira, que defendeu diversos presos políticos julgados na auditoria militar de Juiz de Fora e faleceu recentemente. Fazemos distinção, ainda, aos jornalistas, vamos dar uma salva de palmas para o Modesto. Fazemos distinção ainda aos jornalistas que auxiliaram a esclarecer fatos, realizaram investigações e contribuíram para desconstruir versões oficiais equivocadas e fraudulentas. Agradecemos como representantes deste profissionais a minha querida amiga, jornalista Daniela Arbex. Reconhecida pelas reportagens em defesa dos direitos humanos e pela investigação do caso Milton Soares de Castro, encontrado morto na Penitenciária de Linhares. A Daniela está? Por favor.

ROBSON SÁVIO: Bom, nesta audiência eu quero pedir aos nossos depoentes que procurem dentro do possível, narrar os fatos que julgarem relevantes à memória, verdade, história do período da ditadura militar até o ano de 1988, que o nosso trabalho vai até a promulgação da

Constituição Federal. Então, o período de até 1988 está coberto pelas nossas investigações. É muito importante para o nosso trabalho que neste registro feito pelos senhores e senhoras, sejam agregadas informações como nomes, datas, circunstâncias, participação de agentes públicos nos atos de violações de direitos humanos. Nós também formamos aqui a plateia, que terminada a fase da oitiva dos convidados, nós abriremos para a manifestação daqueles que se quiserem, estando presentes, quiserem se manifestar. Tendo em vista o tempo limite desta audiência, eu peço que depoentes não ultrapassem os 25 minutos para cada exposição e desde já eu agradeço por esta deferência. Vamos então iniciar os depoimentos, ouvindo inicialmente o Senhor Edson Nogueira da Silva. Por Favor. Pode ser por aqui?